



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta a síntese das atividades realizadas em 2013, acompanhado do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Financeiras, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes.

A CETESB constitui uma sociedade por ações em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,998% do capital social. A CETESB é o órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo nos campos do controle da poluição e da aplicação da legislação florestal, além de executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA e órgão do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH. Atua, ainda, na execução de políticas do meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, notadamente no âmbito das questões relativas às mudanças climáticas e emissão de poluentes atmosféricos, da avaliação de impacto ambiental, dos resíduos, da prevenção de riscos ambientais graves, da prevenção e controle integrado da poluição, da proteção aos mananciais e da educação ambiental, assegurando a participação e informação da população do Estado de São Paulo.

A missão desta Companhia consiste em promover e acompanhar a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente de forma a atender às expectativas da sociedade no Estado de São Paulo.

A CETESB tem como visão aprimorar os padrões de excelência de gestão ambiental e os serviços prestados aos usuários e à população em geral, assegurando a superação da atuação como centro de referência nacional e internacional, no campo ambiental e na proteção da saúde pública.

Os valores, princípios e normas que pautam a atuação da CETESB estão estabelecidos no seu Código de Ética e Conduta Profissional.

A Companhia tem como objetivo assegurar o cumprimento da legislação ambiental para que os padrões de qualidade das águas, do ar e do solo sejam atendidos em todas as regiões do Estado de São Paulo, garantir a correta preservação dos recursos naturais e da manutenção da saúde pública, intensificar a sua identidade organizacional e excelência no campo da defesa do meio ambiente, reforçar sua imagem e comunicar os valores fundamentais, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, fortalecer as relações de confiança que a CETESB construiu junto à população do Estado de São Paulo e contribuir para o desenvolvimento social e econômico sustentável do Estado.

Nos termos de seu Planejamento Estratégico, a CETESB estabeleceu como principais políticas o seguinte: fomentar as ações de prevenção à poluição ambiental, por meio da adoção de tecnologias de "Produção mais

Limpa" e da implantação de sistemas de gestão ambiental; contribuir para o desenvolvimento e institucionalização de meios de participação da sociedade na execução de políticas e de diretrizes estabelecidas para a gestão da qualidade ambiental; promover a atualização e a capacitação de seus recursos humanos; divulgar ao público em geral dados e informações sobre a situação ambiental no Estado de São Paulo; incentivar, por meio das câmaras ambientais, a participação de entidades representativas dos diversos setores produtivos, de infraestrutura e dos órgãos do governo na proposição de políticas públicas ambientais; simplificar o sistema de licenciamento ambiental e estreitar as relações de cooperação e transferência do conhecimento ambiental com as instituições públicas que atuam na defesa do meio ambiente.

A direção da empresa, dentro do Planejamento Estratégico, estabeleceu as seguintes diretrizes: privilegiar a atuação preventiva em relação ao meio ambiente, visando à diminuição de ações corretivas; atualizar os sistemas de licenciamento ambiental e atendimento de demandas externas para agilizar a tomada de decisões e reduzir o tempo de resposta desses sistemas; manter o programa de redução de acúmulo de processos de licenciamento sem atendimento ou com atendimento ainda parcial; obter e ordenar informações relevantes para o planejamento ambiental; promover acordos de cooperação técnica e científica com renomadas entidades públicas e privadas; atualizar as tecnologias de processamento de informações e dados; dar transparência às ações da Companhia; valorizar de forma estratégica o capital humano da CETESB; melhorar a comunicação interna e externa; simplificar e uniformizar procedimentos; identificar e equacionar a solução para as questões crônicas tanto administrativas quanto ambientais; evidenciar o valor das ações positivas da Companhia; ampliar a aplicação dos conceitos e princípios do Programa Permanente da Qualidade e Produtividade no Serviço Público do Estado de São Paulo; apoiar, fortalecer e estimular a ação do município na gestão ambiental e promover a aplicação do Programa de Melhoria do Gasto Público - Desperdício Zero e reduzir custos em geral.

A promulgação da Lei Estadual nº 13.542/09, além de alterar a denominação da CETESB, ampliou suas atribuições especialmente com a incorporação de competências relativas à aplicação da legislação florestal, à avaliação de impactos ambientais, à aplicação do zoneamento industrial metropolitano e à aplicação da legislação de proteção aos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo.

Para atender as suas atribuições legais com esse novo perfil institucional, a CETESB conta com um quadro aprovado de 2.484 posições, sendo que deste total, 2.027 estão ocupadas na seguinte distribuição: 1.258 profissionais de nível universitário, 703 profissionais de nível médio (técnicos e administrativos) e 66 profissionais de nível operacional. Está organizada em 6 Diretorias da seguinte forma: Presidência, Vice-Presidência, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental, Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental e Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental.

Em consonância com o princípio da descentralização de suas atividades a Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental conta com 46 Agências Ambientais distribuídas praticamente em todo o Estado de São Paulo e uma unidade Poupatempo em São Bernardo do Campo e a Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental conta com 7 laboratórios situados nas cidades de Sorocaba, Cubatão, Taubaté, Ribeirão Preto, Campinas, Limeira e Marília, além de 10 laboratórios na sede da Companhia.

Considerando o panorama de mudança institucional e de manutenção de sua excelência, é indispensável consignar que a análise das presentes demonstrações financeiras não pode e não deve ser efetuada à luz dos critérios de avaliação contábil tradicional, uma vez que a CETESB não exerce atividade precipuamente econômica, porquanto exerce o poder de polícia delegado do Governo do Estado de São Paulo.

A atuação da CETESB permite que a atividade econômica possa ser desenvolvida de forma ambientalmente sustentável por todos os setores produtivos da sociedade, ao exigir que a produção econômica seja realizada em conformidade com a legislação ambiental, respeitando-se os recursos naturais e a saúde pública, e que contribua para a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, caso fosse possível contabilizar a poupança de recursos públicos e privados decorrentes das ações preventivas de controle ambiental desenvolvidas pela CETESB e das ações corretivas que minimizam os custos com a manutenção da qualidade do meio ambiente, tudo isso aliado, ainda, à manutenção da saúde pública, o resultado dessas atividades certamente apresentaria um saldo extremamente positivo ao longo de todos os anos de sua existência.

Os benefícios econômicos e sociais, reflexo da atuação da CETESB, mesmo que intangíveis, se dão também por meio de sua contribuição para a melhoria do meio ambiente.

Destacamos que no ano de 2013, a CETESB, executou o estabelecido no Plano Plurianual - PPA 2012-2015 para o período. O PPA é constituído por um programa intitulado "Gestão e Controle da Qualidade Ambiental" e possui seis ações, das quais quatro correspondem a cada uma das atividades das Diretorias da CETESB - 1) - avaliação da qualidade ambiental, 2) - licenciamento e controle de fontes de poluição e de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos naturais, 3) - licenciamento com avaliação de impacto ambiental, 4) - gestão administrativa e financeira, além das ações do Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas - FEPRAC e do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, para o financiamento de projetos ambientais, que visa beneficiar a consecução de projetos financiados voltados à melhoria da qualidade ambiental no Estado de São Paulo.

Para o acompanhamento do Programa foram definidos dez indicadores, que buscam traduzir a efetividade do desempenho do PPA, cujo resultado está apresentado nos quadros abaixo:

Quadro 1 - Acompanhamento dos Indicadores do Programa

PROGRAMA	AÇÃO	INDICADOR DO PROGRAMA - ANO: 2013		
		INDICADOR	PREVISTO	REALIZADO
Gestão e Controle da Qualidade Ambiental	1 - Avaliação da Qualidade Ambiental	1- Monitoramento do Ar	85%	96%
		2- Monitoramento de Águas Interiores	2.063	2.386
		3- Monitoramento de Águas Subterrâneas	475	532
		4- Balneabilidade	7.500	9.032
		5- Análises Laboratoriais	300.000	386.376
	2 - Licenciamento e Controle de Fontes de Poluição e de Empreendimentos e Atividades Utilizadoras de Recursos Naturais	6- Relação entre o somatório do número de licenças emitidas e número esperado de licenças ao final do PPA.	0,250	0,338
		7- Relação entre o somatório do número de autorizações emitidas e o número esperado de autorizações ao final do PPA.	0,250	1,238
		8- Relação entre o somatório do número de vitórias realizadas e o número esperado de vitórias ao final do PPA.	0,250	0,364
	3 - Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental	9- Relação entre o número de entrada e saída de pedidos de licenças, pareceres e processos.	1,30	0,84
	4 - Gestão Administrativa Financeira	10- Relação entre os recursos disponibilizados e os recursos necessários.	1,00	1,00

Quadro 2 - Acompanhamento das Metas do Programa para o ano de 2013

PROGRAMA	AÇÃO	ANO: 2013		
		META	PREVISTO	REALIZADO
Gestão e Controle da Qualidade Ambiental	1 - Avaliação da Qualidade Ambiental	Garantir a obtenção dos dados e informações em 85% ou mais na rede de monitoramento, para avaliação e interpretação da qualidade ambiental no Estado de São Paulo.	85%	116% (*)
	2 - Licenciamento e Controle de Fontes de Poluição e de Empreendimentos e Atividades Utilizadoras de Recursos Naturais	Número de licenças, autorizações e alvarás emitidos.	23.950	36.911
	3 - Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental	Número de licenças e pareceres emitidos.	295	327
	4 - Gestão Administrativa e Financeira	Número de unidades atendidas.	1	1
	5 - Gestão do Fundo do Estado para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas - FEPRAC	Número de projetos financiados pelo FEPRAC na remediação de áreas contaminadas.	1	-
	6 - Financiamento de Projetos Ambientais - Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP	Número de projetos financiados pelo FECOP.	200	287

(*) percentual médio do ano.

Os resultados apresentados no presente Relatório permitem constatar que a CETESB manteve-se dentro dos objetivos da sua missão institucional, reafirmando seus compromissos de promover e acompanhar a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente de forma a atender às expectativas da sociedade no Estado de São Paulo.

O detalhamento deste relatório está disponibilizado no sítio da CETESB - www.cetesb.sp.gov.br.



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares de reais)			DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares de reais)		
Ativo	2013	2012	Passivo e Patrimônio Líquido	2013	2012
Circulante	126.651	117.046	Circulante	154.039	122.404
Equivalentes de Caixa (nota 04)	57.831	48.810	Fornecedores	6.490	4.977
Clientes	690	796	Salários e Remunerações a Pagar	7.550	6.961
Adiantamentos a Empregados	1.325	1.157	Impostos e Contribuições a Recolher (nota 08)	17.175	11.998
Impostos a Recuperar	226	215	Reclamações Trabalhistas (nota 11)	342	4.034
Parcelamentos a Receber (nota 05)	13.433	12.798	Adiantamentos de Convênios	34.547	32.050
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 09)	49.275	45.298	Adiantamentos de Clientes	143	1.003
Outras Contas a Receber	1.032	1.005	Prov. Férias, Lic. Prêmio e Encargos	32.772	28.974
Estoques	728	4.735	Prov. Programa Partícip. Resultados	10.704	-
Despesas Exercício Seguinte	2.111	2.232	Prov. Plano de Carreira	3.864	-
			Outras Contas a Pagar	7.017	6.696
			Prov. Contingências Trabalhistas (nota 10)	22.397	20.237
			Prov. Processos Cíveis/Fiscais (nota 10)	11.038	5.474
Não Circulante	543.513	509.306	Não Circulante	5.502	2.573
Realizável a Longo Prazo	445.877	410.850	Exigível a Longo Prazo (nota 08)	5.502	2.573
Depósitos Restituíveis (nota 10a)	5.930	-	Impostos e Contribuições a Recolher	3.578	261
Adiantamentos a Empregados	1.673	1.861	Impostos Reservas de Reavaliação	1.924	1.999
Parcelamentos a Receber (nota 05)	2.965	3.789	Reclamações Trabalhistas (nota 11)	-	313
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 09)	434.686	404.788			
Impostos a Recuperar	623	412	Patrimônio Líquido	510.623	501.375
			Capital Social (nota 12a)	143.998	141.598
			Adiantamentos para Aumento de Capital	-	2.400
Investimentos	8	8	Reservas de Capital	15.599	14.102
Imobilizado (nota 06)	97.528	98.247	Reservas de Reavaliação	20.587	20.824
Intangível (nota 07)	100	201	Reservas de Lucros a Realizar (nota 12b)	330.439	322.451
Total	670.164	626.352	Total	670.164	626.352

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares de reais)

	Capital Social	Adiantamentos para Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	141.361	237	12.853	21.060	257.497	-	433.008
Créditos do Governo do Estado	237	(237)	-	-	-	-	-
Créditos do Governo do Estado	-	2.400	-	-	-	-	2.400
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	(236)	-	311	75
Bens Recebidos em Doação	-	-	1.249	-	-	-	1.249
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	64.643	64.643
Apropriação do Resultado do Exercício:							
Reserva Legal	-	-	-	-	3.247	(3.247)	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	61.707	(61.707)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	141.598	2.400	14.102	20.824	322.451	-	501.375
Créditos do Governo do Estado	2.400	(2.400)	-	-	-	-	-
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	(237)	-	312	75
Bens Recebidos em Doação	-	-	1.497	-	-	-	1.497
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	7.676	7.676
Apropriação do Resultado do Exercício:							
Reserva Legal	-	-	-	-	399	(399)	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	7.589	(7.589)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	143.998	-	15.599	20.587	330.439	-	510.623

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares de reais)	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (valores em milhares de reais)
2013	2012
Atividades Operacionais	01 Contexto Operacional
Lucro Líquido do Exercício	A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP, empresa de economia mista, de capital fechado, onde a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,998% do capital social, constituída pela Lei nº 118 de 29/06/73, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/09, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tem atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA.
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:	02 Apresentação das Demonstrações Contábeis
Depreciação	As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis, com base na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações posteriores - Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.
Depreciação Intangível	Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.
Realização Reserva de Reavaliação	03 Práticas Contábeis
Subtotal	a. Apuração do Resultado
17.472	73.683
Variações no Ativo Circulante	As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.
Clientes	b. Aplicações Financeiras
Adiantamentos a Empregados	Os valores aplicados são acrescidos dos rendimentos financeiros proporcionais até a data do balanço.
Impostos a Recuperar	c. Estoques
Parcelamentos a Receber	Os estoques de materiais e de produtos estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção e os serviços em andamento ao custo de produção.
Valores a Receber - Dívida Ativa	d. Investimentos
Outras Contas a Receber	Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da provisão para desvalorização ao valor de mercado.
Estoques	e. Imobilizado
Despesas Exercício Seguinte	Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e acrescido de valores de reavaliação sobre imóveis, realizada no exercício de 2003.
Subtotal	A Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2003 como novo valor de custo dos imóveis (terrenos e benfeitorias).
(584)	(23.178)
Variações no Passivo Circulante	A parcela da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, é transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados na mesma proporção em que os bens são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados quando os terrenos forem alienados.
Fornecedores	As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil-econômica dos bens.
Salários e Remunerações a Pagar	
Impostos e Contribuições a Recolher	
Reclamações Trabalhistas	
Adiantamentos a Convênios	
Adiantamentos de Clientes	
Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos	
Outras Contas a Pagar	
Provisão para Contingências Trabalhistas	
Provisão para Processos Cíveis/Fiscais	
Subtotal	
25.705	(2.704)
Total das Atividades Operacionais	
42.593	47.801
Atividades de Investimento	04 Equivalentes de Caixa
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	Bancos
No Realizável de Longo Prazo	Aplicações Financeiras:
Exigíveis a Longo Prazo transferidos para o Circulante	Livres
Total das Atividades de Investimento	Vinculadas a Convênios
8.161	12.913
Atividades de Financiamento	05 Parcelamentos a Receber
Recursos destinados a Aumento de Capital	
Bens recebidos em Doação	
Realizáveis a Longo Prazo transferidos para o Circulante	
Recursos obtidos de Longo Prazo	
Baixas do Ativo Permanente	
Total das Atividades de Financiamento	
(41.733)	(57.164)
Total dos Efeitos no Caixa	
9.021	(7.541)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	
9.021	(7.541)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

continua →



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (valores em milhares de reais)

06 Imobilizado a. Composição dos Saldos

	Taxa de Depreciação % a.a.	2013			2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos		14.957	-	14.957	14.957
Edifícios e instalações	1,82 a 2,86	49.021	19.163	29.858	30.728
Rede Telemétrica	10	5.025	4.985	41	50
Máquinas e equipamentos	10	65.147	37.947	27.199	26.576
Móveis e utensílios	10	6.245	4.190	2.056	1.832
Veículos e embarcações	20 e 5	13.373	9.447	3.926	4.775
Microcomputadores e periféricos	20	9.429	7.085	2.344	3.198
Laboratório volante e de testes de veículos	10	921	921	-	-
Benfeitorias em propriedade terc.	20	6.037	2.404	3.633	3.686
Imobilizações em andamento		12.648	-	12.648	11.645
Outros	4	971	104	866	865
Total		183.774	86.246	97.528	98.247

b. Movimentação do Custo

	2012		2013	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Terrenos	14.957	-	-	14.957
Edifícios e instalações	48.012	1.009	-	49.021
Rede Telemétrica	5.025	-	-	5.025
Máquinas e equipamentos	60.428	5.591	872	65.147
Móveis e utensílios	5.876	581	212	6.245
Veículos e embarcações	13.054	399	80	13.373
Microcomputadores e periféricos	10.004	185	760	9.429
Laboratório volante e de testes de veículos	921	-	-	921
Benfeitorias em propriedade terc.	5.877	180	20	6.037
Imobilizações em andamento	11.581	1.067	-	12.648
Outros	968	3	-	971
Total	176.703	9.015	1.944	183.774

A CETESB realizou no exercício de 2003 a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias), em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, a Deliberação CVM nº 183/95 e a Deliberação CODEC nº 01/91. No exercício de 2013 foi realizada contra a conta de Resultado a depreciação no montante de R\$ 312 mil (R\$ 312 mil em 2012).

07 Intangível

a. Composição dos Saldos

	Taxa de Depreciação % a.a.	2013			2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Software	20	3.174	3.074	100	201
Total		3.174	3.074	100	201

b. Movimentação do Custo

	2012		2013	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Software	3.174	-	-	3.174
Total	3.174	-	-	3.174

08 Impostos e Contribuições a Recolher

	Circulante		Exigível a Longo Prazo	
	2013	2012	2013	2012
Impostos e Contribuições	14.309	10.879	-	-
Impostos Res. Reavaliação	75	75	1.999	1.999
Parcelamento - IRRF	2.526	-	3.578	-
Parcelamento - INSS	1.044	1.044	261	261
Total	17.175	11.998	5.502	2.260

09 Valores a Receber - Dívida Ativa

A CETESB continua efetuando a inscrição das multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa (SDA), administrado pela Procuradoria Geral do Estado. O valor das multas é atualizado pelo IPC-Fipe, que também é usado para atualização da UFESP.

Em atendimento ao princípio contábil da prudência, a Companhia adota conservadoramente o procedimento de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas.

10 Contingências e Compromissos Assumidos

a) Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Provisões para Contingências	
	2013	2012
Contingências Trabalhistas e Previdenciárias	22.397	20.237
Reclamações Cíveis	11.038	5.474
Total	33.435	25.711

O montante em 31 de dezembro de 2013 de Depósitos Judiciais efetuados para contingências trabalhistas é de R\$ 5.930.

b) A movimentação das provisões no exercício de 2013 está demonstrada a seguir:

	Ações Trabalhistas	Ações Cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2012	20.237	5.474
Adições	8.005	7.349
Baixas	(5.845)	(1.785)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	22.397	11.038

c) Natureza das Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seu Departamento Jurídico.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- **Contencioso Cível** - possui características próprias, à medida que a grande maioria das ações propostas em face da empresa (mandados de segurança e ações anulatórias de multa em geral), ainda que julgadas procedentes, não resultam em condenações que signifiquem desembolsos financeiros diretos. Nesse sentido, para os fins de se realizar o provisionamento das prováveis perdas judiciais cíveis, procedeu-se a uma triagem dos processos em curso, tendo-se, de início, realizado a escoima dos processos que não resultam em condenações com reflexos financeiros diretos, à exceção do eventual pagamento de custas e honorários advocatícios. Das perdas prováveis, o principal processo consiste na correção monetária por atraso de pagamento.

- **Contingências Trabalhistas** - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a reivindicação da sexta parte, reintegração no emprego e diferenças de verbas rescisórias.

d) Perdas Possíveis, não Provisionadas no Balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2013	2012
Cíveis	8.380	7.980
Trabalhistas	16.633	13.519
Total	25.013	21.499

11 Reclamação Trabalhista Acordada

A reclamação trabalhista foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (SINTIUS) - Processo nº 519/1989 da 3ª Vara do Trabalho de Cubatão. Estando o Processo em fase de execução.

	Circulante		Exigível a Longo Prazo	
	2013	2012	2013	2012
SINTIUS	4.034	8.282	313	4.411
(-) Pagamentos efetuados	(3.990)	(3.897)	-	-
Transf. do Exigível a Longo Prazo	313	-	-	-
Reversão da provisão	(14)	(352)	(313)	(4.098)
Saldo	342	4.034	-	313

12 Patrimônio Líquido

a. O capital social está representado por 4.799.925.135 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal.

b. O Estatuto Social da Companhia estipula que as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, porém, baseada no art. 197 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia constituiu Reservas de Lucros a Realizar, cuja natureza decorre de receitas do Exercício do Poder de Polícia Delegado que se realizarão em exercícios futuros. Sendo assim, não houve distribuição de dividendos sobre o lucro do exercício.

13 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

14 Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros contabilmente encontram-se a valor de mercado.

15 Adequação às novas Normas Contábeis e Reflexos nas Demonstrações Contábeis

A CETESB sempre observou integralmente as Normas Contábeis Brasileiras e já se adequou às Normas Internacionais, inclusive dos CPC's - Comitês de Pronunciamentos Contábeis, ICPC's - Instruções dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e OCPC's - Orientações dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis vigentes a partir do exercício de 2008. De todas as adequações realizadas, cabe destacar os seguintes CPC's:

CPC 01 - Redução no Valor Recuperável de Ativos - A CETESB entende que não se enquadra na exigência/obrigatoriedade do teste de impairment, dada as suas características peculiares no uso de seus bens patrimoniais que não tem finalidade comercial, conforme ressaltado no Relatório da Administração, tendo unicamente a finalidade de prestação de serviços públicos. Registre-se que os bens patrimoniais da CETESB, após o fim de sua utilização, não são comercializados e seu destino deve, por determinação do Decreto nº 27.041/87, alterado pelo Decreto nº 27.163/87, do Relatório à Diretoria 148/97/A de 02/11/97 e da Política Institucional PI/AD-005 de Ativo Imobilizado, ser a doação para o Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo.

CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Desde a vigência da Lei nº 11.637/08, a CETESB tem adotado essa demonstração.

CPC 04 - Ativo Intangível - A CETESB assume a mesma posição já apresentada no CPC 01, isto é, são bens que não estão sujeitos a transações mercantis.

CPC 16 - Estoques - Os estoques estão registrados pelo seu valor original, não havendo indicação que os valores sejam superiores aos de realização.

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Com base na nota explicativa nº 10, a CETESB entende atender este Pronunciamento.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Desde o exercício de 2010 foram implementadas as adequações previstas por este CPC, expressas no Balanço Patrimonial, na Demonstração de Resultado, na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

CPC 27 - Ativo Imobilizado - Conforme apresentado no CPC 01, a CETESB por suas peculiaridades no uso de seus bens patrimoniais, que não tem finalidade mercantil, entende que a prática contábil atual está adequada a este CPC.

16 Demonstração do Resultado Abrangente

A CETESB não apresentou em suas operações e, portanto não reconheceu quaisquer componentes de outros resultados ou resultados abrangentes no período findo em 31/12/13, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

17 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa está demonstrando o lucro líquido do exercício, haja vista que apurou prejuízo fiscal e, portanto o lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido é igual ao lucro líquido do exercício.

18 Imunidade Tributária

Conforme notas explicativas 3.h e 3.i, a CETESB, como Órgão delegado do Estado de São Paulo, pratica o princípio da imunidade tributária recíproca.

A fim de consolidar seus conceitos e práticas, em 19 de dezembro de 2013, a CETESB ingressou com pedido de reconhecimento da imunidade recíproca (direito tributário) junto ao Supremo Tribunal Federal (Processo nº 2013.01.000.000), para a questão da tributação das receitas oriundas do poder de polícia delegado, tais como: arrecadação de multas ambientais, licenças ambientais e taxa de fiscalização ambiental. Calcado na jurisprudência de casos concretos similares julgados no STF, os advogados da CETESB avaliam que a ação é de êxito provável.

19 Evento Subsequente

Em 28 de janeiro de 2014, a Secretaria da Receita Federal do Brasil constituiu crédito tributário contra a CETESB, decorrente do encerramento do Procedimento Fiscal de nº 08.1.90.00-2012-05197-6 iniciado em 23 de outubro de 2012, com o objetivo de examinar o cumprimento das obrigações principais e acessórias, pertinente ao tributo: Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ do exercício de 2009.

Houve a emissão de autos de infração para os seguintes tributos: imposto de renda da pessoa jurídica, contribuição social sobre o lucro líquido, contribuição para o financiamento da seguridade social e contribuição para o PIS/PASEP, fundamentados por conta da exclusão das receitas da CETESB, decorrentes do exercício do poder de polícia delegado, da base de cálculo dos tributos. O montante total da autuação é de R\$ 63.210.432,28.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - Maciel Auditores, de 27/02/2014, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, ressaltando a "ênfase" constante do Relatório da Auditoria Independente

referente ao crédito tributário constituído pela Receita Federal. O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da CETESB, e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 12 de março de 2014

DAVIDSON CAMPANELI

JOSÉ RUBENS GOZZO PEREIRA

LUIZ CARLOS DA COSTA

REINALDO IAPEQUINO

ROSILENE APARECIDA CHERON GENTILE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR
Presidente

CONSELHEIROS:
FERNANDO PADULA NOVAES
JOÃO DE ALMEIDA SAMPAIO FILHO
MARILIA SARAIVA DE CAMPOS
OTAVIO OKANO
SONIA FRANCINE GASPAR MARMO

DIRETORIA

OTAVIO OKANO
Diretor-Presidente

NELSON ROBERTO BUGALHO
Diretor Vice-Presidente

SERGIO MEIRELLES CARVALHO
Diretor de Gestão Corporativa

ARUNTHO SAVASTANO NETO
Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental
ANA CRISTINA PASINI DA COSTA
Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental
CARLOS ROBERTO DOS SANTOS
Diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental

MARIA ISABEL G. DA SILVA E SANTOS
Contadora - CRC 1SP145802/O-2



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Examinamos as demonstrações contábeis da **CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme divulgado pela CETESB na nota explicativa 18, a Companhia está pleiteando o reconhecimento da imunidade recíproca (direito tributário) junto ao Supremo Tribunal Federal (Processo nº ACO 2304), para a questão da tributação das receitas oriundas do poder de polícia delegado, tais como: arrecadação de multas ambientais, licenças ambientais e taxa de fiscalização ambiental. Calcado na jurisprudência de casos concretos similares julgados no STF, os advogados da CETESB avaliam que a ação é de êxito provável, sendo que a Receita Federal do Brasil em 28/01/2014 lavrou termo de encerramento de procedimento fiscal, onde constituiu crédito tributário no montante de R\$ 63.210.432,28 para o exercício de 2009, relativo ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS correspondentes as receitas de poder de polícia delegado (Nota explicativa 19), consideradas imunes pela Companhia, portanto, não oferecidas à tributação desses impostos e contribuições.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2014

MACIEL AUDITORES S/S EPP

CRC/RS 5.460/O-0 - "S" - SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA

Contador CRC/RS 71.505/O - 3 - "S" - SP

Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO

Contadora CRC/RS 65.932/O - 7 - "S" - SP

Responsável Técnica

